



571
R

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2020.

PARECER JURÍDICO DPCT/DJUR-SD Nº 025/2020

Processo nº 01-114.714/19-10

Referência: Correção do Valor Contratual.

Contrato: AJ – 001/2020 – Inexigibilidade de Licitação – Art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93

Contratada: ENGESOLO ENGENHARIA LTDA.

Objeto do contrato: realização de estudos, anteprojeto e projeto básico de engenharia das soluções propostas para as obras de mitigação das inundações recorrentes dos córregos Vilarinho, Nado e Ribeirão Isidoro para Etapa 1 – TR 10 anos

Ementa: Solicitação para celebração de Termo Aditivo Contratual – Correção do Valor Contratual – Arredondamento – SGEE – Decréscimo de Valor - Possibilidade.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de Solicitação de Correção do Valor do Contrato AJ 001/2020, por meio do Ofício DPPG-SD / DJUR –SD – N.º 008/2020, datado de 30 de janeiro de 2020, apresentado pelo Departamento de Projetos de Grande Porte – DPPG-SD, mediante aprovação da Diretoria de Projetos – DPRO-SD.
2. O expediente em análise encontra-se instruído com os seguintes documentos:
 - (i) Ofício DPPG-SD / DJUR –SD – N.º 008/2020, datado de 30 de janeiro de 2020, apresentado pelo Departamento de Projetos de Grande Porte – DPPG-SD, mediante aprovação da Diretoria de Projetos – DPRO-SD às fls.567;
 - (ii) Carta da Contratada anuindo com a alteração contratual, datada de 30 de janeiro de 2020, às fls. 568;
 - (iii) Sistema Único de Cadastro de Fornecedor – SUCAF, situação do fornecedor em 11 de fevereiro de 2020, às fls.569.
3. Por meio do Ofício DPPG-SD / DJUR –SD – N.º 008/2020, datado de 30 de janeiro de 2020, tem-se a justificativa da retificação do valor contratual, nos seguintes termos:

Ribeiro

b



*Informamos que após a conclusão do lançamento no sistema SGEE da planilha de orçamento inserida no Apêndice I – Projeto Básico da Contratação do processo administrativo em epígrafe, **foi identificada divergência no valor total do contrato DJ-001/2020.***

*O valor total constante na Proposta Técnica e Comercial é de **R\$ 5.790.006,27** (cinco milhões, setecentos e noventa mil e seis reais e vinte e sete centavos).*

*O valor total após o lançamento no sistema SGEE é de **R\$ 5.790.004,91** (cinco milhões, setecentos e noventa mil e quatro reais e noventa e um centavos).*

*A diferença entre os dois valores representa uma **redução de R\$ 1,36** (um real e trinta e seis centavos) no valor total do contrato. (...)*

4. A contratada anuiu com alteração do valor nos seguintes termos:

A ENGESOLO Engenharia Ltda., (...) vem por meio desta, apresentar a manifestação favorável em Resposta ao Ofício nº DPPG-SD / ENGESOLO 006/2020, quanto à redução de R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos) do valor contratual, em decorrência do lançamento das atividades / serviços e seus respectivos custos unitários no Sistema SGEE de medição da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. (...)

5. A celebração do aditivo contratual gerará decréscimo de **R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos)**.

É o relatório.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

6. Preliminarmente, ressaltamos que compete a este Departamento prestar consultoria jurídica sob o prisma estritamente formal, não adentrando na avaliação quanto à conveniência e oportunidade do ato que se pretende praticar.

7. Igualmente, não serão analisados aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa e orçamentária, tais como a adequação do cronograma de execução, as



572
R

planilhas que instruem o expediente, além de documentos e declarações relacionados a áreas técnicas específicas, sob competência e responsabilidade das autoridades signatárias.

8. Destacamos, por igual, que a presente manifestação cinge-se à possibilidade de aditamento do contrato considerando tão somente os documentos arrolados acima, cujas autenticidades de teor são presumidas em virtude de seu encaminhamento, a este Departamento, pelos órgãos competentes.

9. O processo de contratação e cada ato que o compõe não serão analisados, porquanto presumida sua análise jurídica quando da elaboração desses atos. Os pareceristas que subscrevem o presente parecer não analisaram, portanto, o mérito do parecer que fundamentou a presente contratação nem os atos administrativos que a sustentaram.

III – FUNDAMENTAÇÃO

10. A Lei Federal n.º 8.666, de 1993, ao fixar as normas para licitações e contratos da Administração Pública, previu expressamente a possibilidade de alteração dos contratos administrativos.

11. Vejamos o que a Lei Federal n.º 8.666, de 1993, dispõe a respeito:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

12. Temos, portanto, a possibilidade da Administração alterar unilateralmente a avença para melhor adequação às finalidades de interesse público, entretanto, em se tratando de alteração de cláusulas econômico-financeiras e monetárias, necessária se faz a anuência do Contratado.

13. No teor da solicitação de aditivo contratual, as autoridades proponentes esclarecem que o ajuste proposto visa tão somente a correção do valor contratual em razão de divergência de valores entre a proposta técnica e comercial e o lançamento no SGEE – Sistema de Gestão de Empreendimentos de Engenharia.

14. Considerando a necessidade de anuência da Contratada, tendo em vista que a presente alteração contratual implica em alteração de cláusulas econômico-financeiras e monetárias, em que pese o valor da alteração ser irrisório e não implicar qualquer renúncia por parte da Contratada, tem-se, às fls. 568, a manifestação da Contratada anuindo com a alteração proposta de reduzir o valor contratual em R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos).

15. Avançando, é necessária a demonstração de que a contratada mantém suas condições de habilitação em virtude do que dispõe o art. 55, XIII, da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...]

*XIII - a **obrigação do contratado de manter**, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.** (negritamos)*

16. Nesse viés, em consulta na corrente data ao portal do Sistema Único de Cadastro do Fornecedor (<http://sucaf.pbh.gov.br/>), este Departamento constatou a inexistência de certidões vencidas, conforme extrato que ora se junta ao processo.

IV – CONCLUSÃO

17. Pelo exposto, após verificação da conformidade da presente solicitação à hipótese legal e por estar o expediente instruído com as justificativas técnicas e aprovadas pelas



573
R

autoridades competentes, somos favoráveis à celebração do termo pretendido, razão pela qual aprovamos a minuta anexa do Termo Aditivo n.º 01 ao Contrato DJ 001/2020, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º. 8.666/1993.

18. Nesta oportunidade, reitera-se recomendação exarada no PARECER JURÍDICO DPCT/DJUR-SD Nº 318/2019, de 09 de dezembro de 2019, quanto à importância de se perquirir quanto à possibilidade de alteração da planilha SGEE de modo a contemplar o truncamento de valores monetários em detrimento do arredondamento ora realizado, por tratar-se de regra mais benéfica à Administração, tendo em vista que no truncamento não há qualquer acréscimo ao valor final e no arredondamento pode ou não haver acréscimo de valor.

19. Registre-se que este parecer não adentra em questões relacionadas a áreas técnicas específicas, em especial à área de engenharia, planilhas e cálculos apresentados, bem como à condução do procedimento e à medição dos serviços, uma vez que extrapolam a competência deste parecerista.

20. Do mesmo modo, reiteramos que o processo de contratação e cada ato que o compõe não foram analisados, porquanto presumida sua análise jurídica quando da elaboração desses atos.

É o parecer. S.M.J.

Renato Chagas Ribeiro de Vasconcellos
Gerente de Controle de Contratações – GECCO-SD
OAB/MG 96.765

Ana Paula Prado Garcia
Chefe do Departamento de Contratações – DPCT-SD
OAB/MG 157.693

Aprovo:

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel
OAB/MG 102.711
Diretor Jurídico – DJ-SD
Delegação conforme Portaria PGM nº 027/2019



574
R

EXTRATO PUBLICADO NO DOM
EM 03/03/20 PÁG. _____
Roberta - 2662-0
ASSINATURA / MATRÍCULA

PROCESSO n.º 01-114.714/19-10

IJ 01.2020.2700.0001.0000

TERMO ADITIVO Nº 01 ao **CONTRATO DJ 01/2020**, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, e **ENGESOLO ENGENHARIA LTDA.**, com o objetivo de retificar o valor consignado ao contrato, mediante a seguinte forma:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
REGISTRADO
Livro Nº: 01 Folha Nº: 169
Responsável: *Roberta*
Data: 28.02.20 Ass: 2662-0

CLÁUSULA PRIMEIRA – RETIFICAÇÃO DE VALOR CONSIGNADO AO CONTRATO

A Cláusula Terceira do Contrato DJ 001/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

O valor deste Contrato, a preços de **agosto/2019**, é de **R\$ 5.790.004,91** (cinco milhões, setecentos e noventa mil e quatro reais e noventa e um centavos), correspondente ao produto dos preços unitários propostas pela Contratada aplicados às quantidades estimadas na planilha de orçamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A retificação de valor objeto do caput desta Cláusula representa um decréscimo de **R\$ 1,36** (um real e trinta e seis centavos), do valor originalmente consignado ao contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os efeitos da retificação objeto do caput desta Cláusula retroagem a 09/01/2020, data da assinatura do Contrato DJ 001/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA

A presente alteração ocorre em razão da Solicitação de Correção de Valor do Contrato DJ 001/2020, exarada por meio do Ofício DPPG-SD / DJUR-SD nº 008/2020, datada de 30 de janeiro de 2020, subscrito por Ítalo Gustavo Martins Ribeiro Dutra e Viviane Ribeiro Silva Marcelo do Departamento de Projetos de Grande Porte – DPPG-SD, mediante aprovação de Renato Pires de Oliveira, Diretor de Projetos – DPRO-SD, às fls.567.

Ressalvado o disposto neste instrumento, ficam mantidos e ratificados os termos do contrato base, ora aditado. *Ribeiro* *b* *Assi* *A*



E por estarem assim firmes e ajustadas, as partes contratantes, já qualificadas no contrato original, assinam, por seus representantes, o presente instrumento, digitado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos de direito.

Belo Horizonte, 18, fevereiro de 2020.


Josué Costa Valadão

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura


Eng. João José Figueiredo de Oliveira

ENGESOLO ENGENHARIA LTDA.

Nome: **Eng. João José Figueiredo de Oliveira**
CPF: **ENGESOLO ENGENHARIA LTDA - DIRETOR**
CREA-MG 11604/D - 089692566-87


Visto:

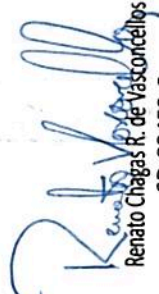

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel

Diretor Jurídico da SUDECAP

OAB 102.711

Por Delegação – Portaria PGM nº 027/2019


Ana Paula Prado Garcia
Gerente do Departamento
de Contratações
DPCT-SD/SUDECAP


Renato Chagas R. de Vasconcellos
SD-02453-9
Gerência de Controle de
Contratações - GECCO / SUDECAP